IV JORNADAS DE HISTÓRIA DE TAVIRA

CLUBE DE TAVIRA

A REVOLUÇÃO DE TAVIRA EM 1826

José Carlos Vilhena Mesquita

Um dos mais conturbados períodos da titubeante experiência liberal desenvolvida na primeira metade do século XIX, correspondeu ao biénio de 1826-1828. O facto de não ter sido convenientemente estudado nas suas implicações políticas e nos seus reflexos socioeconómicos talvez explique a sua desvalorização historiográfica. Contudo, não pode justificar a aparente irrelevância que se lhe atribui no devir factológico e na teia política que envolveu a emergência do liberalismo em Portugal.

Todo o *processus* histórico que enraizou o regime constitucional teve o seu início nesse biénio. Merece, pois, que nos detenhamos mais atentamente na dissecação das suas origens e, sobretudo, na participação/intervenção do Algarve, contrariando, assim, velhas percepções de âmbito historiográfico que confundem a sua extremidade geográfica com uma consequente marginalidade política.

A polémica que então perpassou o tecido social activo incidia sobre

* Professor da Universidade do Algarve

quem deveria ser o lídimo sucessor ao trono de D.João VI. Perfilavam-se dois candidatos, D.Pedro e D.Miguel, que personificavam duas tendências políticas diametralmente opostas. Com isto cindiu-se o país em dois partidos, nascendo aquilo a que se convencionou chamar a «Questão Portuguesa». O candidato natural era D.Pedro, o primogénito, herdeiro consuetudinário da coroa pátria, que ficara no Brasil em representação da autoridade real após a Revolução de 1820. Todavia, as circunstâncias políticas então consequentes fizeram-no envolver-se no movimento independentista de que resultaria a emancipação daquela colónia e a sua transformação em Império. A pátria, ofendida pela desanexação da sua principal fonte de receita fiscal e de consumo mercantil, logo associou o gesto do príncipe a um acto de traição. Estava, pelo sentimento e *vox populi*, arredado da sucessão, embora nada transpirasse oficialmente nesse sentido.

Por outro lado, e em contraposição, estava a candidatura de D.Miguel, um príncipe que se tornara popular aos olhos do vulgo, da aristocracia mais conservadora e da Igreja freirática. Era o pretendente do partido realista porque defendia um regime absolutista apostólico. Mas a sucessão, acabaria por tornar-se aparentemente pacífica, sendo D. Pedro designado herdeiro da coroa, sem qualquer contestação. A hipótese de uma coroa dual, ou de um estatuto fusionista que fizesse regressar a antiga colónia ao controlo dos interesses pátrios poderia ter estado subjacente à serenidade com que foi encarada a sucessão. A abdicação na filha, D.Maria da Glória, destinada a consorciar-se com o tio, D.Miguel, que passaria imediatamente a Regente durante a menoridade da futura Rainha, satisfazia os interesses realistas. Porém, a doação de uma Carta Constitucional por parte de D.Pedro assemelhava-se a um abuso de poder e implicava a perda do estatuto de privilégio que assistia à aristocracia tradicional e terra-tenente. A submissão à nova ordem política tornar-se-ia, pois, no busilis da «Questão Portuguesa».

Quando o país recebeu oficialmente a Carta as autoridades municipais, as instituições oficiais e as chefias castrenses juraram-lhe fidelidade sem esboçarem qualquer reacção. No Algarve, à semelhança do que aconteceu no resto do país, da Câmara ao Convento, todos acorreram a protestar a sua fidelidade à Carta e ao "anjo tutelar" que a doou.[1] Porém, no Verão de

---

Veja-se no meu trabalho *Liberalismo e Anti-Liberalismo no Algarve (1826-1828), Subsídios para o seu estudo*, 2 vols., mimeo, Faro Universidade do Algarve, 1988, pp. 21-32, as várias manifestações oficias de submissão e de regojizo pela outorga da Carta Constitucional enviadas à Regente Isabel Maria por parte das Câmaras Municipais, quartéis e até conventos de freiras sediados no Algarve.

1826, começaram a escutar-se vozes de discórdia na raia transmontana, proferidas pelos fidalgos solarengos e acicatadas pelos apostólicos espanhóis. A velha aristocracia começava a dar-se conta de que as tenças, pensões, donatárias, bens da coroa e um multifário de rendimentos, que até aí a sustentavam, iriam ser doravante postos em causa pela mesma burguesia que contra ela atentara durante as Cortes vintistas, clamando contra a obsolescente ordem política em que sobrevivia. Temendo desaparecer na voragem dos novos tempos, a fidalguia agarrou-se, naufraga, à primeira bóia de salvação. E essa surgiu-lhe à tona da procela pela mão do Marquês de Chaves, figura de primeira grandeza na corte absolutista, que no dia 5 de Outubro de 1826 proclamou a sua desobediência ao trono "estrangeiro" e maçónico de D.Pedro.[2] A cidade de Vila Real transformava-se, assim, no berço da contra-revolução, espécie de capital da reacção absolutista.

Nessa altura o país fervilhava numa surda onda insurrecionista a que o velho Marquês de Chaves emprestou a sua prestigiada bandeira de caudilho do «trono e do altar». Só assim se explica que em apenas três dias despontassem rebeliões em vários quartéis do país. O Algarve não escapou ao contágio sublevacionista. No dia 8 de Outubro, dia das eleições às Cortes, o Regimento de Infantaria n.º 14, de Tavira, acolitado pelo decrépito Batalhão de Caçadores 4, de Castro Marim, amotinara-se para sustentar a causa de D.Miguel e ratificar a sua adesão ao regime absolutista. A data fora premeditadamente escolhida pela carga política que o dia das eleições contém em si, já que o seu impedimento pela força das armas poderia sugerir ao vulgo o fim do regime constitucional.

A primeira atitude dos revoltosos, liderados pelo ten. cor. de Caçadores 4, José da Rosa e Sousa, materializou-se na constituição de uma Junta Governativa, na qual tentaram caldear as autoridades militares com as civis e religiosas. Atente-se na sua formação:

> *presidente o exmº e revmº sr. bispo d'esta diocese; vice-presidente nato, o commandante da força armada, o tenente coronel de caçadores nº 4, José da Rosa e Sousa, ou aquelle em quem recair*

[2] Manda a verdade acrescentar que já haviam eclodido motins absolutistas na cidade de Bragança em 26 de Julho, em Elvas a 1 de Agosto, em Vila Viçosa e Estremoz no dia 2, e em Lisboa no dia 24. Reinstalou-se a "paz-podre" até 5 de Outubro, altura em que o Marquez de Chaves proclamou a contrarevolução em Vila Real.

este commando; vogaes o dr. Hermógenes António da Conceição Ribeiro, o desembargador Manuel Christovão de Mascarenhas Figueiredo, o capitão mor Pedro Manuel Tavares Paes de Sousa, o dr. provedor das comarcas d'este reino Antonio Joaquim Teixeira de Oliveira, o dr. juiz de fora Domingos Salvador da Silva Sarrafana, o desembargador Antonio Pedro Baptista Machado; o secretário com voto, o dr. José Arsénio; secretário graduado João de Sousa Carvalho.[3]

A análise social da Junta revela a existência de dois membros da fidalguia rural, o desembargador e o capitão mor, sendo os restantes recrutados no seio administrativo e castrense. Relevante era o facto de serem todos de Tavira, o que, aliás, se evidenciaria desastroso pela falta de engajamento das autoridades militares dos restantes quartéis algarvios. A primeira e principal atitude da Junta neste contexto contra-revolucionário consumou-se na assinatura do acostumado Auto de Juramento. Mas a recusa de alinhamento por parte do Governador das Armas, Conde de Alva, e do próprio Bispo, logo demonstrou que a revolta iria redundar em mais uma aventura militar semelhante a outras que haviam fracassado. O afastamento dessas duas figuras de primeira grandeza sócio-política, indiciava a extemporaneidade do golpe militar e a inexistência de uma estratégia de aliciamento revolucionário. Um dos amotinados, o ten.cor. Vasco Parrot, descreve jubilosamente os acontecimentos sediciosos, evidenciando-se, porém, desiludido pela atitude do Governador das Armas:

Em Outubro de 1826 teve lugar em Tavira a Acclamação do Senhor Infante D.Miguel, como Rei Abessoluto de Portugal, cuja aclamação foi feita pelo Regimento d'Infantaria Nº14 e batalham de Caçadores Nº4; estes dois Corpos, com seus Offeciaes e Comtes. se apresentarão na madrugada do referido dia 8 na praça de Tavira tendo o Bam. de Caçadores vindo de Castro-Marim, lugar de sua residencia, e alli sulemnemente se fez a Acclamação, a que assistiu o digno Juiz de Fora o Dtor. Sarafanna, e as Autoridades civiz, do que se lavrou Aucto na Camera da dita cidade, depois do qual tudo

[3] Clemente José dos Santos, *Documentos para a História das Cortes Geraes da Nação Portugueza*, 8 vols., Lisboa, Imp. Nacional, 1883-1891, vol. II, pp. 320-321.

se dirigio para a Matriz de Stª Maria onde se cantou um sulemne Thedeum laudamos; á noite espontaneamente se eluminou a cidade, repiques de cinos, foguetes do Ar &.ª não faltou signal algum de regozijo, ainda que comtudo para alguem foi um golpe fatal... O General Governador das Armas que então era o Exmº Conde d'Alva foi convocado por uma deputação, para este fim; o que recuzou, e logo se retirou para Lolé (sic) e dalli para Almodovar, a onde reuniu alguns militares que não quiserão aderir a tão justa acclamação.[4]

Tornara-se óbvia a falta de apoios e a consequente desunião dos quartéis, o que os rebeldes tentaram escamotear com boatos de adesão dos Regimentos de Lagos e de Faro. Mas o facto do Conde de Alva ter oficiado, no próprio dia da revolta, a todos os quartéis algarvios a sua desafectação ao levantamento militar, responsabilizando os seus promotores e futuros aderentes pelas consequências dos seus actos, deitou por terra o principal trunfo dos rebeldes: a coragem estribada na surpresa do golpe e o arrastamento das chefias para o campo revolucionário. O movimento que alastrara pelo país ao chamamento do Marquês de Chaves, e que tivera, contra todas as expectativas, ressonância efectiva no Algarve, parecia agora padecer de falta de concertação revolucionária, que fazia prever o seu malogro.

Muito embora a cidade de Tavira fosse o fulcro militar da região, o certo é que sem a cidade de Faro nada se decidiria. Por conseguinte, tudo dependeria da sua adesão ao movimento ou da sua posição de lealdade ao governo e à Regente. Por conseguinte marcharam para Faro a fim de convencer as suas autoridades a firmarem o auto de juramento e aclamarem o Infante D.Miguel como rei de Portugal. Mas, nessa altura, já a Câmara havia reunido com os habitantes de maior distinção social, decidindo-se pela resistência aos revoltosos. O Regimento de Artilharia N.º 2 que guarnecia a cidade, foi postar-se nas estradas de acesso ao burgo com equipamento bélico pesado, em sinal de estar devidamente apercebido de guerra. A ameaça de saque pendia sobre os principais proprietários. Os boatos causavam pânico entre os moradores. A Câmara, disposta a fazer-se forte no seu Castelo, deu disso conhecimento ao Reg.º de Infantaria nº 2 de

[4] «Lembranças, pelo Tenente-Coronel Vasco António Parrot», in *Boletim do Arquivo Histórico Militar*, Vila Nova de Famalicão, 1948, vol. 18, p. 17.

Lagos, instando-o a que não aderisse aos revoltosos e sugerindo-lhe o armamento das milícias. Ao mesmo tempo enviou um emissário à Corte com um relatório dos acontecimentos e um pedido de auxílio militar.

Todavia, a edilidade, pouco confiante no seu potencial militar, temendo pela vida dos seus moradores e para evitar o derramamento de sangue, condescendeu em deixar entrar os rebeldes, até que o Regimento de Lagos ou o governo dessem sinais de resistência ao pronunciamento de Tavira. No fim do dia 9 de Outubro entraram na cidade os emissários dos rebeldes para reunirem com as autoridades municipais, negociarem a entrega da cidade e a redacção do auto de aclamação de D. Miguel. A hostilidade com que vinham apercebidos os «infantistas» de Tavira deixara nos representantes das forças vivas da cidade grande azedume. E só contrafeitos é que aceitaram subscrever no dia seguinte o auto exigido. No salão nobre da Misericórdia as autoridades civis, religiosas e militares firmaram, em seus nomes, e no daqueles que lá não estiveram, o Auto de Aclamação de D.Miguel e da nova Regente, a Imperatriz Carlota Joaquina [5] Acresce dizer que nesse dia estava previsto reunir-se-lhes o Regimento de Infantaria Nº 2 de Lagos, ou pelo menos assim o apregoavam os revoltosos. Mas como não apareceram logo se criou a ideia de que a revolta iria abortar a todo o momento.

Na manhã do dia 11 os miguelistas partiram para Albufeira ao encontro dos seus camaradas do Regimento de Lagos, encontrando aquela vila quase deserta numa clara demonstração de desafecto ao projecto sedicioso. Alguns emissários prosseguiram em direcção àquela cidade a fim de apurarem as razões que impediam os soldados lacobrigenses de se lhes reunirem. A desilusão foi total. O governador daquela praça militar e os soldados do Regimento de Infantaria Nº2 haviam aclamado D.Pedro IV em estrepitosa euforia e comunhão de ideias com os seus habitantes. Com efeito, os prévios entendimentos de conspiração golpista saíram baldados na noite do dia 10, quando um motim comandado pelo tenente-coronel Francisco Xavier

Este Auto de Aclamação é um verdadeiro monumento da arbitrariedade e do arrebanhamento popular que tanto caracterizou o miguelismo. Nele constam dezenas de assinaturas por procuração ou representação, isto é, alguns dos que o subscreveram fizeram-no em nome dos seus irmãos do convento, dos seus alunos do seminário, dos seus camaradas marítimos, etc. Enfim, valia tudo, desde que transpirasse a imagem de um amplo consenso em torno dos defensores dos «inauferíveis direitos de D.Miguel».
Vide Arquivo Municipal de Faro, *Livro das Actas de Vereaçoens de 1826 a 1828*, fls 6vº-7vº.

Bustorff e seu irmão, tenente João Xavier Bustorff, foi açaimado pelos oficiais fiéis ao governo.

O relato da situação presenciada pelos emissários suscitou no acampamento miguelista de Albufeira uma grande desmotivação, gerando-se alguma confusão de sentimentos e de interesses políticos, aproveitada pelos indecisos para encetar a deserção. Face às contingências, os rebeldes miguelistas retrogradaram para o quartel de Tavira a fim de melhor avaliarem a situação. Pretendiam sopesar as forças com as do inimigo, aquilatarem vantagens, congeminarem uma estratégia de resistência, estabelecerem contactos, urdirem planos de ataque e solicitarem reforços se os houvesse na raia espanhola sob o comando do general António Tavares Magessi. Mas as notícias que obtiveram de Mértola foram desastrosas. Dizia-se que o Conde de Alva, Governador Militar do Algarve, havia conseguido reunir um poderoso exército de soldados de infantaria, cavalaria e artilharia destinado a esmagar os revoltosos tavirenses. Prometia aos desertores que se lhe apresentassem uma ampla amnistia, o que deixava ainda mais indecisos os arrebanhados soldados de Infantaria Nº 14. Por outro lado, ao governo em Lisboa havia chegado notícia do pronunciamento militar de Tavira, o que estendia a onda de insurreição generalizada de Norte a Sul do país. A situação obrigou o Ministro da Guerra, general Saldanha, a reintegrar à pressa a maioria dos oficiais que haviam sido saneados pelo seu radicalismo vintista, constituindo, assim, um Estado Maior General da sua confiança e capaz de salvar o regime. Prontamente enviou ao Conde de Alva uma esquadra naval para bloquear o acesso aos portos algarvios e com isso impedir que os revoltosos pudessem ser abastecidos, receber reforços ou operar uma manobra de ressurgimento de um foco contra-revolucionário na costa alentejana. O próprio Saldanha se encarregou de assegurar em pessoa o comando de uma divisão militar destinada a combater os rebeldes do Algarve.

A situação revelava-se desastrosa para os miguelistas que em Faro não lograram obter qualquer espécie de apoio político, militar ou logístico. Ninguém se queria comprometer. Repare-se que nem sequer encontraram um animal de tiro, no quartel ou nas mãos de particulares, para poderem transportar as peças de artilharia para a cidade do Gilão. O regime da Carta ainda agora começara, estava fresco e possante. Faltava-lhe a intriga, a cisão clientelar e o torpedeamento político para cair apodrecido nas mãos absolutistas. Isso aconteceria dois anos depois. Faltava pouco. Mas, por

agora, o levantamento de Tavira demonstrara-se extemporâneo. Limitaram-se a saquear os cofres da Alfândega e a esbulhar alguns víveres das casas mais abastadas para, juntamente com alguns apaniguados artilheiros, fugirem apressadamente para Tavira. Estava-se a 18 de Outubro. O povo de Faro rezou missa e Te Deum em acção de graças pela sua libertação. Na mesma sala da Misericórdia, onde o povo contricto assinara o auto miguelista, lavrava-se agora um outro, mas de fidelidade ao governo, à Carta e a D.Pedro IV. Durante três noites acenderam-se luminárias pela cidade e ouviram-se estridentes vivas à Carta.

As notícias acerca da chegada de tropas fiéis ao governo deixavam antever a inequívoca derrota dos rebeldes. Faltava saber apenas se os «infantistas» teriam a coragem suficiente para se baterem no campo de batalha. Pela imagem de tropa fandanga que haviam deixado em Faro eram maiores as dúvidas que as certezas. Mas, no dia 20 de Outubro, dissiparam-se todas as apreensões. Nas ruas a notícia da derrota miguelista corria célere. Tornara-se evidente quando se soube que os rebeldes atravessavam aos magotes e apressadamente o Guadiana. Para não se cobrirem no opróbrio da cobardia, fizeram constar que, estrategicamente, se iam reunir às tropas do Marquês de Chaves e do general Magessi, mas no outro lado da fronteira [6] Em todo o caso, só voltariam a pisar solo pátrio dois anos depois.

No dia 23 de Outubro chegavam a Faro as tropas do Conde de Alva, nas quais se haviam encorporado os soldados fiéis ao governo de Artilharia Nº 2, de Infantaria Nº 2, Milícias de Lagos e de Tavira, assim como um corpo de Cavalaria com mais de cem homens. Era um cortejo marcial digno de nota, no qual se integraram os vereadores da Câmara de Almodovar que a cidade acolheu com redobrado júbilo. E não perderam tempo, pois que no dia seguinte estavam em Tavira a prender cerca de 300 militares e civis, acusados de participação ou de cumplicidade no pronunciamento miguelista [7]. O general Saldanha que descera pelo interior alentejano, encontrou-se no dia 22 em Castro Marim com o Conde de Alva. Ninguém lhe fizera frente e agora com tão poderoso exército limitava-se a uma marcha triunfal de recolha de prisioneiros e de jubilosas celebrações de autos de aclamação à Carta e de fidelidade ao governo. A operação de «limpeza» na raia

[6] Leia-se a este respeito as «Lembranças pelo tenente-coronel Vasco António Parrot», in *op. cit.*, p. 18.

[7] Cf. Simão José da Luz Soriano, *História da Guerra Civil*, vol. X, terceira época, tomo II, parte I, p. 499.

fronteiriça e de recolha dos desertores da rebelião absolutista durou até ao dia 27, data em que o general Saldanha, depois de ter sido apoteoticamente recebido em Olhão, entrou em Faro debaixo de aplausos e de vivas à Carta e ao rei D.Pedro IV [8].

A estadia de Saldanha no Algarve, cerca de seis dias, permitiu-lhe perceber que a «Revolta de Tavira» não lograra obter o apoio das populações e tão pouco da diocese, cujo prelado se colocara desde o primeiro momento ao lado do governo num imitável exemplo de lealdade e respeito pelas instituições. O gesto de isenção e equidistância do bispo perante o desenrolar dos eventos, bem se pode dizer que foi decisivo para o insucesso do pronunciamento militar de Tavira, pois que o clero detinha um papel de grande preponderância na mentalização das populações. Nesses conturbados tempos, quem tivesse o apoio da Igreja, detinha logicamente a vontade e o pulsar das massas. Curiosamente, parece que neste caso nenhum dos partidos gozava dessa vantagem. Por outro lado, a repartição das forças militares não pendeu para o lado dos revoltosos, pois que tanto o Reg.º de Infantaria de Lagos como os oficiais de Artilharia de Faro e as Milícias de Lagos e Tavira, hostilizaram o movimento rebelde, provocando a sua expatriação para a raia espanhola e contribuindo decisivamente para o estabelecimento do regime constitucional. O general Saldanha reconheceu que a responsabilidade da revolta se ficara a dever exclusivamente ao Reg.º de Infantaria Nº 14 de Tavira, cujo insucesso se explicava quase por inteiro pelo alheamento das autoridades civis e religiosas, e pela contraposição das forças militares fiéis ao governo.[9]

No dia 28 de Outubro o general Saldanha foi homenageado pelo Conde de Alva e pela burguesia farense com um lauto banquete, seguido de baile, récita de poesias alegóricas aos sucessos militares, fogo de artifício e luminárias por toda a cidade. No dia seguinte partiu para Lisboa ao lado da

---

[8] Nesse dia, Saldanha oficiava ao interino Ministro da Guerra: «não tenho termos com que explicar o regosijo e os transportes de alegria com que os povos de Olhão e Faro festejam o restabelecimento do governo de el-rei o senhor D.Pedro IV, e os repetidos signaes de respeito e obediencia que manifestam à pessoa augusta e ao governo de sua alteza a senhora infanta regente e o mais decidido enthusiasmo pela carta constitucional.»
Apud, *Documentos para a História das Cortes Geraes*, op. cit., vol. I, p. 359.

[9] «...a rebellião de Tavira foi unicamente militar e auxiliada por alguns magistrados (...) O espirito dos povos foi sempre bom, ainda mesmo dominados pela força e ameaços; merecendo particular consideração a conducta dos ecclesiasticos; podendo o clero d'este reino servir de modelo ao clero de Portugal.»
Ofício do general Saldanha, datado de Faro a 28-10-1826, apud, *Documentos para a História das Cortes Geraes*, op. cit., vol. I, pp. 359-360.

sua Divisão Militar que, por razões estratégicas, ficou estacionada em Beja, na expectativa de um contra-ataque das forças miguelistas refugiadas em Espanha. Porém, quando o general chegou a Lisboa foi acometido de uma estranha enfermidade, que o impossibilitou durante largos meses de se reapossar da pasta da Guerra, o que, valha a verdade, foi aproveitado pela oposição absolutista para intrometer os seus esbirros nos postos de decisão daquele ministério e, assim, abrir a senda da usurpação miguelista. O pobre do general não chegou a gozar condignamente os louros de glória, com que se lhe havia cingido a fronte por terras do Algarve.

Frustrado o pronunciamento militar de Tavira não tardaria a revanche. No rescaldo dos tumultos assiste-se geralmente às acostumadas perseguições sobre os vencidos, ao saque dos bens, às infundadas acusações e à atrabiliária detenção de inocentes. Abre-se a "caça às bruxas" e tudo entra no mesmo rol. Foi o tempo das chamadas «devassas» mandadas instaurar pelas autoridades judiciais que, não raras vezes, acolhiam e exorbitavam pequenas infracções ou delitos, com o único e exclusivo fito de encontrarem bodes expiatórios. Atiravam-se para a enxovia os que não conseguiam provar a sua inocência, porque à partida já estavam sob o vórtice da rebeldia no dedo acusador da plebe. Uma das atitudes mais comuns era o insulto gratuito, o labéu popular e o estigma político. Pior eram as "assuadas" e o apedrejamento das vidraças, os pasquins e as denúncias anónimas. Nesses cadernos de inquirição testemunhal, a que chamavam «devassas» lêem-se as mais infames atrocidades, repletas de incoerências, boatos e acusações por efeito do fenómeno da *vox populi*. Basta ouvir dizer para ser incriminado. Esta situação foi frequentíssima, sobretudo durante o cesaropapismo miguelista. Gerou-se um clima de terror inquisitorial à volta do processo das «devassas», suscitado por uma infinidade de delatores, informadores e testemunhas virtuais, que falseavam a verdade dos factos para incriminarem determinados adversários políticos, não sendo raros os casos de credores se verem indiciados pelos devedores. Valia tudo nesta lógica da purga política. E se os liberais o fizeram com falta de critério, os miguelistas então exageraram na dose.

Por conseguinte, é bem verdade que as «devassas» abertas anos depois pelos miguelistas foram uma espécie de "cobrança" de vexames, acrescida de exorbitantes "juros" que serviram para tornar insanáveis os ódios políticos durante a primeira metade do século XIX. Mas, isso são contas de um outro rosário.

O que importa aqui reter é o facto de o Algarve haver marcado uma forte presença no movimento sedicioso que o Marquês de Chaves iniciou nas terras altas do nordeste, provando-se, assim, que esta região, embora periférica, não se auto-marginalizava das questões nacionais sob o escudo de um reino integrado. O seu papel foi interventivo e, no dirimir da implantação do regime liberal, seria até decisivo pela sua importância geo-estratégica para o ressurgimento da causa e da vitória final. A «Revolta de Tavira» embora possa parecer um simples episódio, teve porém sérias consequências, nos anos subsequentes. Demonstrar-se-ia, aliás, que a cidade do Gilão era um baluarte do absolutismo devido às suas tradições de praça militar e à constituição do seu tecido social, marcadamente inspirado em valores da fidalguia provincial. Os ventos eram outros. A mudança pelo efeito das reformas vintistas e da legislação de Mouzinho da Silveira, tornara-se por demais evidente. A «Revolta de Tavira» apenas atrasou o inevitável.